

# O tribunal do sertão<sup>1</sup>

“Os Chefes”

Luiz Roncari

**Resumo** “O tribunal do sertão” é um ensaio que tematiza a formação do herói, a possibilidade e a dificuldade da incorporação das instituições modernas pelos costumes arcaicos. O autor nos mostra como a narrativa roseana, na composição das suas personagens, explora esse embate entre moderno/arcaico, e desvenda a própria alegorização do Brasil. **Palavras-chave** João Guimarães Rosa » arcaico/moderno.

**Abstract** *This essay discusses the formation of the hero and the possibilities and difficulties of modern institutions being incorporated by archaic customs. The author shows how the narrative of Guimarães Rosa explores this battle between the modern and the archaic in the portrayal of his characters and how it also discloses an allegorization of Brazil.*

**Key words** *João Guimarães Rosa » archaic/modern.*

**O trapézio da travessia** A montagem de um tribunal para o julgamento de Zé Bebelo e o conjunto dos fatos ocorridos na Fazenda dos Tucanos<sup>2</sup> compõem os dois esteios da arquitetura do *Grande Sertão*, que, se fôssemos fazer dela uma figura, imitaria a forma de um trapézio. Esses dois “capítulos” do romance estão nos centros físico, narrativo e temático do romance. Num livro de quinhentas e setenta páginas, de acordo com as primeiras edições, o Tribunal vai da página 241 até a 270 e os acontecimentos da Fazenda dos Tucanos vão da página 304 à 348, sendo ambos entremeados pela passagem do bando pelo belo vale da Guararavacã do Guaicuí:

Tapera Nhã, nome que chamava-se. Ali era bom? Sossegava. Mas, tem horas em que me pergunto: se melhor não seja a gente tivesse de sair nunca do sertão. Ali era bonito, sim senhor. Não se tinha perigos em vista, não se carecia de fazer nada (GSV, p. 271).<sup>3</sup>

1 Esta é a primeira parte do capítulo que conclui o primeiro volume do trabalho que venho desenvolvendo sobre a obra de Guimarães Rosa. Ela se restringe, portanto, à apresentação das personagens centrais e das suas disposições na arena deste drama-ritual.

2 O episódio da Fazenda dos Tucanos é uma espécie de negativo do Tribunal. Tudo o que este representa de escolha, altura, ganho de civilização, formação e vida, aquele revela o seu contrário: fatalidade, queda, baixezas, barbáries, como a liquidação dos cavalos, suspeitas e mortes. Tratarei deste último episódio, como a contrapartida do Tribunal, no segundo volume do meu trabalho.

3 Todas as citações foram tiradas da 3ª edição, idêntica à 2ª, considerada pelo autor como definitiva: *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

**A** estadia remansosa e plana nesse lugar aprazível, ladeada por aqueles dois momentos do livro, como se fossem os seus ângulos obtusos, forma a base menor da figura geométrica.

**Q**uando Riobaldo procura fazer um julgamento do Julgamento, o que poderia parecer para alguns, segundo ele supõe, uma “doideira” no “meio do sertão”, ele de fato o considera como “a razão mais certa e de mais juízo”:

O julgamento? Digo: aquilo para mim foi coisa séria de importante. Por isso mesmo é que fiz questão de relatar tudo ao senhor, com tanta despesa de tempo e minúcias de palavras. — “O que nem foi julgamento nenhum: só uma extração estúrdia e des-trambelhada, doideira acontecida sem senso, *neste meio do sertão...*” — o senhor dirá. Pois: por isso mesmo. Zé Bebelo não era réu no real! Ah, mas *no centro do sertão*, o que é doideira às vezes pode ser a razão mais certa e de mais juízo! Daquela hora em diante eu cri em Joca Ramiro. Por causa de Zé Bebelo. Porque Zé Bebelo, na hora, naquela ocasião, estava sendo maior do que pessoa. Eu gostava dele do jeito que agora gosto de compadre meu Quelemém; gostava por entender no ar. Por isso, o julgamento tinha dado paz à minha idéia — por dizer bem: meu coração (GSV, p. 269-70, grifos meus).

**E**sse acontecimento, que ocorre “no centro do sertão”, como o narrador enfatiza, deve ser considerado singular. Isto, por ser um acontecimento proposto e concretizado pela vontade dos homens envolvidos e não um episódio do acaso, impossível de ser evitado, como tantos outros decisivos no livro, seja para a estruturação da trama seja para o destino do herói. Desse modo, constitui-se ele num acontecimento que fugia do campo da *aventura (adventura)* e se tornava uma realização da vontade humana, que contrariava o costume e a determinação do espaço guerreiro, o sertão. Nada mais estranho a este do que uma instituição tipicamente civil, característica da cidade, traço de civilização e urbanidade, voltada para superar as soluções violentas e agressivas da vida militar e guerreira, como a dos jagunços.<sup>1</sup>

**A**lém disso, o julgamento, como o primeiro ângulo obtuso e esteio da forma trapezoidal do romance, é o ponto de inflexão do seu desenvolvimento épico e o momento em que o seu verdadeiro tema geral emerge das camadas subterrâneas, para ser encenado e mostrado por inteiro ao leitor: o embate entre civilização e barbárie, ordem e desordem, instituição e costume, urbanidade e violência, o mo-

<sup>1</sup> O julgamento de Zé Bebelo foi estudado mais detidamente por Heloisa Starling, no livro *Lembranças do Brasil* (Rio de Janeiro: Editora Revan, 1999), onde ela dedica todo um capítulo a ele, que chamou de “O nome rodeante”. Apesar de alguns pontos de concordância nas nossas interpretações, elas diferem substancialmente nos modos de abordagem, de análise e de apreciação do seu significado e da sua importância para a estruturação da narrativa.

dermo e o arcaico. Enquanto elemento de composição, ele significa o ápice do desenvolvimento narrativo, como se fosse o vértice da face esquerda do trapézio: até ele, os episódios se encadeiam dispersivamente num desenvolvimento lento e truncado, através dos divertimentos das histórias paralelas, das fugas da ação principal e dos circunlóquios retardadores, voltando sempre, porém, para o seu fulcro temático: a formação e a vida de aventuras do jagunço Riobaldo. Desenvolvendo-se desse modo, a narrativa cria a impressão de uma subida íngreme e cheia de voltas no seu movimento ascensional, como se fosse a primeira face do trapézio, que vai da esquerda para a direita e de baixo para cima. Contudo, depois do julgamento e da passagem suave e plana pela Guararavacã do Guaicuí, os fatos conturbados da Casa dos Tucanos compõem como que o vértice direito da figura, iniciando a sua face que vem de cima para baixo: “descemos no canudo das desgraças” (GSV, p. 285). A narração inicia uma queda, os acontecimentos estão mais concentrados, não se dispersam tanto como no início, eles se arrastam por várias ladeiras, mas todas conduzem para cada vez mais baixo, indo até os fundos do sertão, onde ocorrem as decisões fundamentais do herói: “descido na inferneira” (GSV, p. 335). Tudo se passa agora como se os homens estivessem mais cumprindo do que escolhendo os seus destinos. A uma certa altura, a narrativa adquire um outro movimento, mais rápido, ela concentra-se na ação principal, os acontecimentos e as lutas se sucedem, define-se melhor o objetivo dela, o tema da busca da vingança se impõe como único e dominante e Riobaldo e o seu bando de jagunços e estropiados vão descendo, como numa queda sem fim, até o fundo do sertão e dos infernos, passando pelo Liso do Sussuarão e chegando perto dos precipícios da perda e da morte.<sup>11</sup>

**Entretanto,** é como ponto de inflexão da ação épica que o julgamento ganha importância e significado, quase dividindo o romance em dois: até então, o principal embate no sertão tinha sido entre o bando de Zé Bebelo e o de Joca Ramiro,

<sup>11</sup> Não me parecem despropositadas, ao contrário, muito coincidentes com os aspectos temáticos do *Grande sertão*, as representações simbólicas convencionais do trapézio, o que me leva a pensar que o autor tinha em mente essa figura ao arquitetar o romance: “A figura do trapézio foi comparada por M. Schneider à testa de uma cabeça de boi e, por conseguinte, evocaria uma idéia de sacrifício. Podemos também considerá-la como um triângulo truncado; o trapézio sugere então uma impressão de não-acabamento, de irregularidade ou fracasso. Isso pode provir do fato de que a figura está em transformação, foi desviada, bloqueada no decorrer do seu desenvolvimento, ou que é mutilada. Todas estas observações podem ser transpostas, simbolicamente, para o plano físico e resumir-se na percepção de uma certa dificuldade no dinamismo de um ser. O trapézio é um apelo ao movimento”. CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988, p. 896.

aquele, auxiliado pelas forças legais e dizendo combater em nome da legalidade, desse modo, tratava-se de uma luta “normal” e previsível, registrada pela crônica histórica; mas, depois, ela será entre o bando de Joca Ramiro (após a sua morte, será sucedido por Medeiro Vaz, depois pelo próprio Zé Bebelo e, finalmente, por Riobaldo/Urutú-Branco) e o do Hermógenes e Ricardão. O embate será então entre antigos companheiros, todos jagunços, se consumindo na violência recíproca e numa luta sem fim. Algo havia acontecido, não tinha sido apenas uma troca de bandos e de chefias em conflito, houve uma mudança no teor e significado das lutas, em boa parte, como resultado do julgamento.

**Ele** surgiu, por um lado, como a oportunidade de se representar ao leitor, diretamente, as duas questões mais gerais e decisivas em discussão no romance: primeiro, os problemas da formação do herói, como pode se formar um indivíduo num universo social estratificado e sem padrões civilizatórios minimamente fixados e estabilizados; e, segundo, as possibilidades e dificuldades de se incorporar os elementos de civilização nesse mundo rústico. Por outro lado, o tribunal focaliza um momento ímpar, poderíamos dizer, de alta política, que é o da tentativa, encabeçada por Joca Ramiro, de se constituir uma outra ordem no sertão, que fugisse do conflito entre as forças locais e as forças legais, as do poder privado e as do poder público. O que o julgamento parecia fundar era uma instituição que incorporasse o costume, em vez de simplesmente combatê-lo para erradicá-lo e substituí-lo por uma ordem artificial vinda de fora, como fazia Zé Bebelo, usando para isso dos mesmos meios violentos dos jagunços. Entretanto, como resultado dessa experiência, tudo parecia revirar e o sertão se tornava ainda mais sertão. De alguma forma, o Brasil estava sendo ali também alegorizado, como um enorme espaço periférico, dominado pelas relações ásperas e arcaicas, experimentando as possibilidades de civilização, era o que ali estava em questão e que tentarei mostrar a seguir.

**A realeza de Joca Ramiro** Quem pediu o julgamento foi o próprio réu, segundo contou a Riobaldo o jagunço João Curiol, dizendo que Zé Bebelo, quando se defrontou com Joca Ramiro, lhe fez o seguinte desafio: “*Assaca! Ou me matam logo, aqui, ou então eu exijo julgamento correto legal!...*” (GSV, p. 241). O que ele pedia não era um julgamento qualquer, mas um “correto legal”. Como ele sabia que o seu crime, caso tivesse cometido mesmo crime, não era contra a ordem oficial do país ou do Estado de Minas, pela qual tinha lutado para estendê-la ao sertão, mas contra a ordem dos costumes e das leis não-escritas do lugar, o seu “correto legal” era relativo a esse código restrito, e era por ele que pedia para ser julgado, acreditando que não o havia transgredido. Mas, como o costume não previa a instituição de tribunais para o julgamento de crimes, nem ela per-

tência ao universo das suas práticas, o “correto legal” que ele pedia parecia um contra-senso, e a sua aceitação passava a depender quase que de uma ação heróica, fora do comum e fora dos costumes. Ela dependia de uma decisão capaz de se mostrar ao mesmo tempo *soberana* — pois ela contrariava o costume, aceitando uma prática que lhe era estranha — e *magnânima* — já que significava, da parte do Chefe, abdicar de uma parcela do seu poder de vida e morte, mostrando vontade de justiça e aceitação de limites para a sua autoridade: “Aí Joca Ramiro consentiu, o praz-me, prometeu julgamento já...”, foi o que contou o João Curiol, sendo o “praz-me”, uma redução oral do “isso me apraz”.

Quando Diadorim contou a Riobaldo essa cena do encontro de Zé Bebelo, já feito prisioneiro, com Joca Ramiro, foi assim que a descreveu:

Joca Ramiro chegando, *real*, em seu alto cavalo branco, e defrontando Zé Bebelo a pé, rasgado e sujo, *sem chapéu nenhum*, com as mãos amarradas atrás, e seguro por dois homens. Mas, mesmo assim, Zé Bebelo empinou o queixo, inteirou de olhar aquele, *cima a baixo*. Daí disse:

— “Dê respeito, *chefe*. O senhor está diante de mim, o grande cavaleiro, *mas eu sou seu igual*. Dê respeito!” (GSV, p. 241, grifos meus).

Não era a primeira vez que se associava Joca Ramiro a alguém *real*, não só por causa da sua figura alta e soberana, como a descrita acima, parecendo um rei do sertão, mas também devido a sua forma de exercer o poder, tendo grandeza bastante para descer da sua posição e colocar-se em pé de igualdade ao inimigo derrotado, “eu sou seu igual”. Era isto que o diferenciava dos outros homens igualmente poderosos, proprietários e guerreiros como ele, tal como o Hermógenes, Ricardão e outros, conforme disse Diadorim num certo momento a Riobaldo:

Joca Ramiro era um *imperador em três alturas!* Joca Ramiro sabia o se ser, governava; nem o nome dele não podia atôa se babujar. E aqueles outros: o Hermógenes, Ricardão? Sem Joca Ramiro, eles num átimo se desaprumavam, deste mundo desapareciam — valiam o que pulga pula. O Hermógenes? Certo, um bom jagunço, cabo-de-turma; mas desmerecido de situação política, sem tino nem prosápia. E o Ricardão, rico, dono de fazendas, somente vivia pensando em lucros, querendo dinheiro e ajuntando. Diadorim, do Ricardão era que ele gostava menos: — “Ele é bruto comercial...” — disse, e fechou a boca forte, feito fosse cuspir (GSV, p. 170-1, grifo meu).

No Hermógenes, a função guerreira dominava, ele era incapaz de enfrentar as situações políticas, não tinha “tino nem prosápia”, faltavam-lhe as capacidades de juízo e discernimento, “tino”, e de poder de dissuasão e convencimento pelo discurso, “prosápia”, as qualidades que compunham a astúcia. Ele tinha assim somente a primeira altura, a força guerreira. No Ricardão, o interesse pecuniário

falava mais alto, “bruto comercial”, o que o desqualificava para a política de chefia, pois quem não sabia conduzir a própria vida para um fim mais alto também não saberia guiar a de outros homens, embora fosse ele quem manobrasse a política subterrânea, a de bastidores, como veremos adiante. É assim, de um modo bastante sutil, que o autor vai disseminando indícios, muitas vezes ambíguos, porém constantes, nas referências à personagem de Joca Ramiro, e que nos permitem associá-lo à uma figura Real. Na mesma passagem do livro, um pouco depois, Riobaldo pergunta a Diadorim quem era o moço Leopoldo e ele lhe responde que era o irmão mais novo de Joca Ramiro. Riobaldo então pensa consigo mesmo, de modo um tanto irônico e desconfiado: “Aquilo, eu já soubesse demais — que Joca Ramiro se *realçasse por riba de tudo, reinante*. Mas pude ter a língua sofreada” (gsv, p. 174, grifo meu). Num outro momento, quando o Hermógenes aventou a Riobaldo a possibilidade dele vir a ser cabo-de-turma, depois que derrotassem Zé Bebelo e eles se colocassem “em serviço para chefes políticos”, o herói lembrou o nome de Joca Ramiro, querendo dizer que aquela conversa estava se passando sem o seu conhecimento:

Mas o Hermógenes se saiu em só dizer, sério, confioso: que Joca Ramiro era maludo Capitão, *vero, no real*. Sonsice do Hermógenes? Não, senhor. Sei e vi, que o sincero. Por que era que todos davam assim tantas honras a Joca Ramiro, esse louvo sereno, com doado? Isso meio me turvava (gsv, p. 220, grifo meu).

○ “real” aqui é usado ambigualmente, tanto como sinônimo de verdadeiro, “vero”, como aludindo à realeza de alguém a quem se dava honras e prestava louvor. A realeza de Joca Ramiro não era uma invenção de Diadorim, seu filho, fato ainda desconhecido de Riobaldo, que se mostrava enciumado cada vez que o amigo se referia a ele com admiração. Essa soberania era aceita por todos, sem ser um fato de imposição ou resultado do medo, era um “louvo sereno”, não era também pagamento em troca de algum benefício recebido, mas algo “doado”, e era reconhecida até por aqueles que já começavam a instigar a traição, como o Hermógenes. Isso tudo será verificado e atestado por Riobaldo, quando ele vê, pela segunda vez, Joca Ramiro, comprovando e realçando a visão que tivera dele quando menino, à noite, à luz de lamparina: “Joca Ramiro estava de braços cruzados, o *chapéu dele se desabava muito largo*. Dele, até a sombra, que a lamparina arriava na parede, se trespunha diversa, na imponência, pojava volume” (gsv, p. 111-2, grifo meu). Agora, o via novamente, quando chegava no acampamento, já em plena guerra contra Zé Bebelo, e Riobaldo reparava como os olhos de Diadorim brilhavam, “um sol de alegria tanta”, que o deixava com ciúme:

E Joca Ramiro. A figura dele. Era ele, num cavalo branco — cavalo que me olha de todos os altos. Numa sela bordada, de Jequié, em lavores de preto-e-branco. As rédeas bonitas, grossas, não sei de que trançado. E ele era um homem de largos ombros, a cara grande, corada muito, aqueles olhos. Como é que vou dizer ao senhor? Os cabelos pretos, anelados? *O chapéu bonito?* Ele era um homem. Liso bonito. Nem tinha mais outra coisa em que se reparar. A gente olhava, sem pousar os olhos. A gente tinha até medo de que, com tanta aspereza da vida, do sertão, machucasse aquele homem maior, ferisse, cortasse. E, quando ele saía, o que ficava mais, na gente, como agrado em lembrança, era a voz. Uma voz sem pingo de dúvida, nem tristeza. Uma voz que continuava (GSV, p. 235-6, grifos meus).<sup>III</sup>

**A** imponência de Joca Ramiro era real nos externos e nos internos. Quando aparece em cena ou é lembrado, ele é visto sempre de baixo para cima (ao contrário da forma com que olhava o chefe derrotado, Zé Bebelo, de “cima a baixo”) e a sua figura externa é descrita como alta, sobranceira, lembrando um monumento. Vem num cavalo branco ornamentado, como numa nuvem, a cabeça sempre coberta com o chapelão muito visível em todas as descrições feitas dele, como uma cabeça coroadada, sinal da sua superioridade, distinta também da forma pela qual se apresentava o combalido Zé Bebelo, “sem chapéu nenhum”<sup>IV</sup>. Destacava-se na sua figura a força, “largos ombros”, e a beleza viril, “a cara grande, corada muito, aqueles olhos”, de tal modo, que impunha recato ao olhar, como se não devesse de ser visto diretamente, com os olhos fixos e abertos, pelos riscos da cegueira, como quem olha para o Sol, os deuses e os reis: “A gente olhava, sem pou-

<sup>III</sup> É interessante comparar esse retrato “real” de Joca Ramiro com a descrição feita por Oliveira Vianna da estampa de Barleu, de um senhor de “engenho real”, tirado do seu *Brasil holandês*, e observar como ele caracteriza o tipo de poder desse senhor, fundado puramente no fato e na força, tendo como único freio e tempero uma possível consciência moral formada no cristianismo: “No alto da varanda do casarão assobradado, vemos o senhor de engenho, de chapéu de abas largas, dando ordens à escravaria em trabalho, negras, negros, distribuídos pelos carros, picadeiros, moendas. É ele, realmente, o rei daquele império; mas, apenas — diferentemente do que ocorria na Europa feudal — não era um ‘rei constitucional’ — um rei de poderes limitados e fiscalizados por quaisquer organizações *democráticas* do povo laborante, *residente no seu domínio*. Era o senhor absoluto, sem nenhuma outra restrição aos abusos senão as luzes de sua consciência moral, felizmente temperada e formada sob a moral do Cristianismo”. *Instituições políticas brasileiras*. Rio de Janeiro: José Olympio. v. 1, p. 331-2.

<sup>IV</sup> “O papel desempenhado pelo chapéu parece corresponder ao da coroa, signo do poder, da soberania, sobretudo quando se tratava, antigamente, de um tricórnio”. Cf. CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*, p. 232.



sar os olhos”. A figura externa aparecia assim clara, definida, “Liso bonito”, realçada pela riqueza dos adereços que ornamentavam a ele e ao cavalo. Ela era complementada pela figura interna, que se harmonizava plenamente com a externa e era percebida através da voz, igualmente bela, clara e definida, e que se fincava mais fundo na lembrança do seguidor, “...a voz. Uma voz sem pingo de dúvida, nem tristeza. Uma voz que continuava”. A repetição da palavra *voz*, imitava a sua ressonância que se perpetuava como uma determinação na memória do súdito concorde.

**Quando Joca Ramiro concede magnanimamente a Zé Bebelo o direito de julgamento, ele deixa ver e integra a si a terceira altura, como disse Diadorim, “um imperador em três alturas”, agora a que o completava na sua natureza real. Já tinha propriedade, linhagem e tradição, tino e verbo políticos, força guerreira e poder de comando e astúcia, sendo tudo complementado então com o poder de justiça.<sup>v</sup>**

<sup>v</sup> Para Aristóteles, a magnanimidade era também grandeza de alma e generosidade, mas era sobretudo senso de medida e capacidade de justiça, como sendo uma qualidade dos chefes e dos reis, homens de coração grande: “O coração leva à benevolência, e nele se acha a faculdade de nos induzir ao amor; a prova disto é que ele nos impele a revoltar-nos mais com os companheiros e amigos do que com estranhos, quando nos julgamos destratados. [...] O poder de comando e o amor à liberdade se originam em todos os casos nesta faculdade, pois o coração é imperioso e indômito. Não é acertado, portanto, dizer que os guardiães devem ser hostis com os estranhos, pois não se deve proceder assim em relação a quem quer que seja; os homens naturalmente magnânimos não são hostis senão com os malfeitores [...]” *Política*. 3ª ed. (Trad. Mário da Gama Kury), Brasília: Editora da UNB, 1997, 1328a, p. 235. Dante, na sua defesa da Monarquia, onde segue muito de perto a *Política*, do estagirita, reafirma esse atributo dos monarcas: “Como o monarca é a causa mais universal entre os mortais de que os homens vivam ditosos, sendo seu o impulso que os príncipes recebem, conclui-se que é ele quem mais ama o bem dos homens./ Quem duvida de que seja o monarca o mais apto para o exercício da justiça?” *Monarquia*. (Trad. Carlos do Soveral), São Paulo: Editora Abril, 1973, p. 197. (Os pensadores, vol. VIII). Não é outra também a qualidade que Oliveira Vianna ressalta como sendo a de D. Pedro II: “D. Pedro II [...] criou o homem público no Brasil e do Brasil. Deu-nos a moldagem do ‘repúblico’, de que nos falava Frei Simão de Vasconcelos. Nabuco, João Francisco Lisboa, Tavares Bastos, Uruguai, Sales Torres Homem — todos os grandes publicistas do Império assim o reconheciam e assim o confessavam, embora sem compreendê-lo, mesmo acusando-o, como Torres Homem e Tavares Bastos. D. Pedro II foi o detentor supremo do poder carismático [...] Muita consciência vacilante teve que retificar-se na certeza deste poder vigilante. Muito escrúpulo, em iminência de delíquio, se reavivou, no temor deste julgador implacável — colocado no centro da Nação como um Deus vivo, dotado de visão panóptica e inquisitorial”. Op. cit., p. 382. Depois, como ilustração dessa qualidade de grandeza, na nota 23, Oliveira Vianna nos relata o caso havido entre o Imperador e Sales Torres Homem. O publicista, após injuriá-lo, junto com a

A sua grandeza assim o tornava quase divino, como nesta passagem em que Titão Passos estranha que Riobaldo lhe pergunte se Joca Ramiro “era homem bom”, pois, para ele, Joca Ramiro não era bom nem mau, mas pairava acima do bem e do mal, e o preto Pedro Segundo de Rezende o considera ungido, “um messias”:

Mas Titão Passos, digo, apreciei; porque o que salvava a feição d’ele era ter o coração nascido grande, cabedor de grandes amizades. Êle achava o Norte natural. Quando que conversamos, perguntei a ele se Joca Ramiro era homem bom. Titão Passos regu-  
lou um espanto: uma pergunta dessa decerto que nunca esperou de ninguém. Acho que nem nunca pensou que Joca Ramiro pudesse ser bom ou ruim: êle era o amigo de Joca Ramiro, e isso bastava. Mas o prêtro de-Rezende, que estava perto, foi quem disse, risonho bobento: — “Bom? Um messias!...” (GSV, p. 142).

Com isso, ele reunia as potências dos homens da raça de ouro, do poema de Hesíodo, como os reis, homens regidos por Zeus, capazes de exercer as suas qualidades, detendo igualmente o poder de guerra, com o raio, e o de justiça, com o cetro, além da astúcia, adquirida com o casamento do deus com *mêtis* (a astúcia, a capacidade de prever todos os acontecimentos) e, pela artimanha, tê-la sorvido como uma gota d’água, quando grávida de Atena. Esses homens constituíam-se naqueles cujos gênios sobreviviam à sua morte e continuavam a inspirar os continuadores da mesma linhagem, os que procuravam tomar o seu nome, como tentarão fazer tanto Zé Bebelo, “Zé Bebelo Vaz Ramiro” (GSV, p. 296), quanto Riobaldo.<sup>vi</sup> Só faltava a Joca Ramiro, para ser um monarca típico dos tempos homéricos, e que já não existiam mais no de Aristóteles, as funções religiosas e sacerdotais:

» Casa Real e a Imperatriz, de partida à Europa, encontrou-se com D. Pedro, no Paço, para despedir-se dele. Como foi recebido afavelmente, manifestou o desejo de apresentar também pessoalmente à Imperatriz a sua despedida. No que o Imperador respondeu-lhe, dando uma demonstração da altura e do senso de medida do seu caráter: “Não, não, sr. Salles, não pense nisso. Eu sou um homem, e posso esquecer e perdoar. Depois, não só posso, como devo: sou brasileiro e o Brasil precisa de homens como o senhor. Mas, a Imperatriz é mulher e não esquece. Demais, embora brasileira hoje, ela não esquece que é Bourbon e nasceu na Itália. Não se despeça da Imperatriz. Eu buscarei que, com o tempo, ela lhe perdoe” Apud Vianna, Oliveira. Op. cit, *Figuras do Império*. São Paulo: 1931, p. 63.

<sup>vi</sup> A sociedade representada no *Grande sertão* é altamente estratificada e lembra, em alguns momentos, e não por acaso, aquela descrita por Hesíodo no poema “Os Trabalhos e os Dias”. Os homens da raça de ferro, os do presente, condenados a se consumirem no mundo das necessidades, quase não aparecem no romance de Guimarães. A atenção se concentra sobre os da raça de bronze, guerreiros e heróis, e os da raça de prata e de ouro, tiranos e reis. Joca Ramiro pertenceria à raça

Um quarto tipo de governo monárquico era a monarquia hereditária dos tempos heróicos, exercida com o consentimento dos súditos; pelo fato de os primeiros da linhagem terem sido benfeitores da multidão nas artes ou na guerra, ou por haverem conseguido reuni-la numa comunidade e dado terras aos seus componentes, estes reis costumavam exercer o mando com o consentimento dos súditos e transmiti-lo a seus descendentes diretos. Eles tinham o comando supremo na guerra e dirigiam os sacrifícios que não fossem privativos da classe sacerdotal; além disto, eram os juizes nas questões judiciais; alguns deles decidiam as causas sem juramento e outros sob juramento — eles juravam erguendo o cetro. Estes reis de antigamente exerciam o poder ininterruptamente sobre todos os assuntos da cidade...<sup>4vii</sup>

» destes últimos, que é assim sintetizada no estudo de Jean-Pierre Vernant sobre o poema: “...as mesmas expressões, as mesmas fórmulas e as mesmas palavras que definem os homens da antiga raça de ouro aplicam-se também, em Hesíodo, ao rei justo do mundo de hoje. Os homens de ouro vivem ‘como deuses’, *ωθεοι*; e, no início da *Teogonia*, o rei justo, quando se adianta na assembléia, prestes a apaziguar as querelas, a cessar a desmedida pela sábia doçura da sua palavra, é saudado por todos como um deus, *θεος ωσ*. O mesmo quadro de festas, festejos e de paz, no meio da abundância que generosamente dispensa uma terra livre de toda contaminação, repete-se por duas vezes: a primeira descreve a existência feliz dos homens de ouro; a segunda, a vida na cidade que, sob o reinado do rei justo e piedoso, desabrocha em prosperidade sem fim. Ao contrário, no momento em que o *basiléus* esquece-se que é ‘o descendente de Zeus’, e, sem temer os deuses, trai a função que seu cetro simboliza ao se afastar dos caminhos retos da *Dike*, por *Hybris*, a cidade conhece só calamidades, destruição e fome. É que, próximos aos reis, misturando-se aos humanos, trinta mil Imortais invisíveis vigiam a justiça e a piedade dos soberanos, em nome de Zeus. Nenhuma ofensa feita pelos reis à *Dike* deixará de ser mais cedo ou mais tarde punida por intermédio deles. [...] Assim, a mesma figura do Bom Soberano se projeta ao mesmo tempo em três planos: em um passado mítico, dá a imagem da humanidade primitiva, na Idade de Ouro; na sociedade de hoje, encarna-se na figura do rei justo e piedoso; no mundo sobrenatural, representa uma categoria de demônios que velam, em nome de Zeus, pelo exercício regular da função real.” *Mito e pensamento entre os gregos*. (Trad. de Haighnuch Sarian), São Paulo: Paz e Terra, 1990, p. 32-4. Cf. tb. “A soberania de Zeus”. In: VERNANT, Jean Pierre. *O Universo, os Deuses, os Homens*. (Trad. Rosa Freire d’Aguar), São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p. 36.

4 ARISTÓTELES. *Política*. 3ª ed. (Trad. Mário da Gama Kury), Brasília: Editora UNB, 1997, 1285b, p. 108.

vii Na época de Aristóteles, a monarquia já não era a mesma e o rei perdera essa concentração de poderes e funções. Para o filósofo, monarquia significava “poder exercido por um só governante”, mas se distinguia em essência da tirania, entre outras coisas, pelo fato daqueles governarem com o consentimento dos súditos. Aristóteles tomava como um dos modelos de monarquia do seu tempo, principalmente, a constituição da cidade de Esparta: “O rei na constituição lacedemônia, por exemplo, tida como representativa da forma regida pela lei, não tem soberania sobre todos os

A “realeza” de Joca Ramiro está, segundo nos parece, mais perto dessa “dos tempos heróicos”, descrita por Aristóteles, do que da moderna, que culminou com a formação das monarquias nacionais européias. Isto, principalmente, pelo fato do mando se “exercer com o consentimento dos súditos”. No romance (o que não quer dizer que o mesmo tenha se dado na história, que, como veremos, está aqui sendo também alegorizada), a chefia de Joca Ramiro é consensual, ele tem carisma e os que o seguem o admiram e confiam nele. É desse modo pelo menos que Riobaldo o apresenta. Enquanto que a realeza moderna aparece como uma força externa centralizadora, que coage o restante da nobreza guerreira à submissão e se impõe sobre os particularismos. É interessante ver como Oliveira Vianna<sup>viii</sup>, no seu livro de 1949, portanto do tempo da concepção do *Grande Sertão*, conceitua o Rei. Ele associa-o ao Estado que se organiza burocraticamente, superpondo-se aos poderes do “Povo” — constituídos espontaneamente —, como se fosse o portador de uma nova ordem vinda de fora e que contrariava os costumes. É justamente o tema do episódio que estamos analisando: a incorporação das instituições modernas pelos costumes arcaicos, com a montagem de um tribunal no sertão:

Estes grandes Estados imperiais não se assentavam, porém, sobre bases democráticas — ao modo dos Estados-*aldeias* ou dos Estados-*idades* das épocas anteriores. Neles, o soberano não era o *Povo*, como havia sido antes e como veio a ser depois; mas, o *Rei*. Este Rei tinha um caráter místico ou religioso nos predicamentos da sua investidura: era um soberano carismático; quer dizer, por graça divina. Deus o havendo escolhido e consagrado para essa missão, era em nome de Deus que ele, Rei, governava os povos. Por força desta designação divina é que ele exercia os poderes do Estado: — o Poder Executivo, o Poder Judiciário e o Poder Legislativo.

Para esta obra de governo e administração, nomeava então os seus *legados*: comissários, funcionários, magistrados, e os distribuía pelas províncias, pelos condados, pelas baronias, pelos vilarejos, para exercerem, *em seu nome*, estes poderes, que vimos

» assuntos, embora ele, quando no comando de uma expedição militar além das fronteiras, detenha o poder supremo em todos os assuntos relativos à guerra, e os assuntos pertinentes à religião também lhe estejam jurisdicionados. Este governo monárquico é portanto uma espécie de comando militar autocrático e vitalício, mas o rei não tem o poder de condenar alguém à morte, exceto em circunstâncias especiais, como os reis em suas expedições militares nos tempos mais remotos, que podiam matar pela lei de sua mão...! *Política*, 1285a, p. 107.

viii Algumas idéias e teorias de Oliveira Vianna parecem sustentar muitas das representações de Guimarães Rosa. Em outros momentos deste trabalho já tentei fazer essas aproximações, que não me parecem casuais e nem estão ali para serem postas em questão; a meu ver, elas parecem conter certa adesão e afinidade de pensamento.

— quando na fase das pequenas “comunidades de aldeia” — exercidos pelo povo, ou diretamente, ou pelos que ele diretamente escolhia em eleições comiciais, realizadas, em regra, à sombra do carvalho frondejante, ao lado da ermida local.<sup>5</sup>

Observe-se, por exemplo, como Riobaldo e, antes, Marcelino Pampa tinham sido escolhidos como chefes. Dependiam do consentimento e eleição dos membros do grupo, que reconheciam ou não os seus méritos e dependia destes o respeito que lhes prestavam. Aqui só faltavam a sombra do carvalho frondejante e a ermida local.

**A regência de Zé Bebelo** Quando Zé Bebelo, feito prisioneiro, defrontou-se com Joca Ramiro, exigiu dele o devido respeito, pois se considerava “seu igual”. Era ele também da raça dos chefes, dos homens feitos para o mando e o governo, ou quase, não fosse um pequeno desvio ou mancha na sua origem. Na auto-defesa que faz no julgamento, depois das falas a favor e contra a sua condenação à morte, ele começa lembrando a sua estirpe, procurando passar a impressão de que é realmente “um igual”, um homem de tantas heranças e tradição quanto Joca Ramiro, mas não oculta de todo a sua hibridez ou certa mancha de origem:

“—...Altas artes que agradeço, senhor chefe Joca Ramiro, este sincero julgamento, esta bizarria... Agradeço sem temor de medo nenhum, nem agências de adulação! Eu, José, Zé Bebelo, é meu nome: José Rebelo Adro Antunes! Tataravô meu Francisco Vizeu Antunes — foi capitão de cavalos... Demarco idade de quarenta-e-um anos, sou *filho legitimado* de José Ribamar Pachêco Antunes e Maria Deolinda Rebêlo; e nasci na bondosa vila mateira do Carmo da Confusão...” (GSV, p. 263, grifo meu).

**Primeiro**, ele não era filho legítimo, mas “legitimado”; ele devia ter nascido fora da linhagem familiar oficialmente reconhecida pelo casamento, então era filho natural, de mãe solteira ou de relações adúlteras, pois a sua mãe não trazia o sobrenome do pai. Ele só foi reconhecido posteriormente, tem também o sobrenome do pai, mas isso talvez tenha acontecido só tardiamente, quando já era conhecido e chamado pelo sobrenome materno e não pelo paterno: Zé Bebelo, filho de Maria Deolinda Rebêlo. É esse o fato que cria uma abertura para que ele contrarie também a tradição e possa propor uma nova ordem Como Hermes, ele é filho de uma relação clandestina e de dupla origem, divina e mortal, de Zeus com a ninfa Maia (as ninfas, embora tivessem vida longa, eram mortais). O pai vinha da linhagem dos Vizeu Antunes, que ele nomeia orgulhoso, cujo tataravô havia sido “capitão de cavalos”, que talvez ele quisesse dizer “capitão dos ginetes

<sup>5</sup> VIANNA, Oliveira. Op. cit., p. 112.

da guarda”, que, na verdade, era um posto militar subordinado no comando de uma companhia real portuguesa<sup>6</sup>. Mas, da mãe, não diz nada, apenas o seu nome de solteira, Maria Deolinda Rebêlo (O nome da mãe, Maria Deolinda, poderia muito bem ser um desdobramento anagramático da ninfa Maia). Ele também, como Hermes, nasceu num lugar que era ao mesmo tempo caverna sombria e templo magnífico, “essas duas concepções, excludentes aos nossos olhos, justapõem-se sem prejuízo”<sup>7</sup>, pois Zé Bebelo nasceu numa vila confusa, que pode parecer o seu contrário: “na bondosa vila mateira do Carmo da Confusão”, onde “mateira” pode ser também o lugar onde se guarda o estrume dos animais. Joca Ramiro o faz tomar consciência de que está preso, o que ele considera “o mundo à revelia”, como se os papéis e as situações ali estivessem trocados. O mesmo se passa na cabeça de Riobaldo, que vê tudo aquilo como absurdo, não conseguia imaginar Zé Bebelo como “criatura que se prende, pessoa coisa de se haver às mãos”, e o parágrafo se fecha com a expressão isolada: “Azougue vapor...”. Termo que serve para caracterizar a personalidade esperta, ladina e inquieta de Zé Bebelo, mas que volta a associá-lo a Mercúrio/Hermes, *azougue* é o nome vulgar do mercúrio, o metal/deus volúvel, com a aparência de metal, mas líquido, inapreensível, sempre em trânsito e movimento, como o vapor<sup>ix</sup>. Em vários outros momentos,

<sup>6</sup> Cf. SERRÃO, Joel (Dir.) *Dicionário de História de Portugal e do Brasil*. Porto: Iniciativas Editoriais, 1971, v. 2, p. 472.

<sup>7</sup> Cf. HOMERO. *Hymnes*. (Trad. e apresentação de Jean Humbert), Paris: Les Belles Lettres, 1937, p. 103.

<sup>ix</sup> Em vários momentos, Guimarães procura infiltrar na narração de Riobaldo diferentes sinais que criam essa associação entre Zé Bebelo e Hermes. A variedade e o conjunto das significações desse deus, como são sintetizados por Jean-Pierre Vernant, parecem corresponder muito às características da personagem: “Hermes [...] está ligado ao hábito dos homens e de modo mais geral à extensão terrestre. Ao contrário dos deuses longínquos, que residem em um além, Hermes é um deus próximo que frequenta esse mundo. Vivendo em meio aos mortais, em familiaridade com eles, é no próprio coração do mundo humano que se insere a sua presença divina. [...]. Mas, se ele se manifesta assim na superfície da terra, se habita, com Héstitia, as casas dos mortais, Hermes o faz à maneira de mensageiro (Hermes *angelos* — é com este nome que é precisamente invocado no *Hino a Héstitia*), como um viajante que vem de longe e que já se apressa a partir. Não há nele nada fixo, estável, permanente, circunscrito, nem fechado. Ele representa, no espaço e no mundo humano, o movimento, a passagem, a mudança de estado, as transições, os contatos entre elementos estranhos. Na casa, o seu lugar é junto da porta, protegendo a soleira, afastando os ladrões porque ele próprio é o Ladrão [...], aquele para quem não existem nem fechadura, nem cerca, nem fronteira: o Passa-Muros que o *Hino a Hermes* nos mostra ‘resvalando obliquamente através da fechadura, semelhante à brisa de outono, como um nevoeiro’. Presente diante das portas [...], ele reside também na entrada das cidades, nas fronteiras dos Estados, nas encruzilhadas [...], ao longo

como veremos adiante, encontramos sinais dessa associação, só aludida ou dissimulada de vários modos, como aqui, quando dão combate ao bando de Zé Bebelo, a associação é feita com as abelhas e explorando as possibilidades aliterantes das palavras, que dão força à expressão: “Os bebelos *desabelhavam* zuretas, debaixo de fatos machos e zúo de balas” (gsv, p. 234, grifo meu).

**E**m alguns momentos do livro, antes ainda do tribunal, Zé Bebelo aparece enfrentando algumas situações que o colocam no papel de juiz, nas quais ele toma as suas decisões demonstrando piedade, capacidade de julgamento e sabedoria. Uma delas, é quando fazem oito prisioneiros, num combate com o bando do Ricardão, e todos pensam em liquidá-los, o que Zé Bebelo não permite: “Mas mais não se aproveitou, o Ricardão já tinha tido fuga. Então os nossos, de jeriza, com os oito prisioneiros feitos queriam se concluir. — ‘Eh, de jeito nenhum, êpa! Não consinto covardias de perversidade!’ — Zé Bebelo se danou. Apreciei a excelência dêle, no sistema de não se matar” (gsv, p. 129). Uma outra, é quando, fazendo o papel de juiz, ele seqüestra os bois de dois irmãos, como punição por terem matado o pai, Rudugério de Freitas, “dos Freitas ruivos da Água-Alimpada”, com foices enfeitadas, como acontecia nos sacrifícios, depois que o pai “mandou obrigado um filho dele matar outro”. Nesse julgamento, ele se mostra duplamente sábio, porém de uma sabedoria que combina grandeza com esperteza: por um lado, passa a imagem de piedoso e justo, como parece, à primeira vista, o seu julgamento: “O pai não queria matar? Pois então, morreu — dá na mesma. Absolvo!”; e, por outro, pune de modo a satisfazer o próprio interesse, sendo este que de fato preside o “legal lealdado, conformemente”, requisitando para o bando a “gorda boiada”. A aparência magnânima recobre o interesse egoísta, já que, pela “norma”, quando encontravam uma boiada, “ele cobrava só imposto de uma ou umas duas reses, para o nosso sustento nos dias”. Também tinha sido pela esperteza que Hermes havia roubado as cinqüenta vacas do rebanho de Apolo, fazendo-as recuar sobre as próprias pegadas, de modo a deixarem pistas falsas e não serem perseguidos. A esperteza aqui também era a de criar uma aparência que encobrisse um crime ou uma má conduta.

**Zé Bebelo**, nesse julgamento em que ocupa a posição de juiz, tem todo o cuidado de criar uma aparência legal, de seguir as normas modernas das leis da cida-

» das pistas, marcando o caminho [...], sobre os túmulos, estas portas que abrem o acesso ao mundo infernal [...]. Em todos os lugares em que os homens, deixando a sua moradia privada, reúnem-se e entram em contato com a troca (quer se trate de discussão ou de comércio), como na *ágora*, e para a competição, como no estádio, Hermes está presente [...] É também aquilo que não se pode nem prever nem reter, o fortuito, a boa ou má sorte, o encontro inesperado... *Mito e pensamento entre os gregos*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1990, p. 153-4.

de, para realizar também os seus próprios interesses: primeiro, ele apura contra a culpa dos irmãos, considerando doloso o crime que cometeram, pois, ele pergunta: “Por que foi que vocês enfeitaram *premeditado* as foices?” (grifo meu); depois, aceita facilmente a defesa simplória dos mesmos, ao afirmarem que “tinham executado aquilo em padroeiragem à Virgem, para a Nossa Senhora em adiantado remitir o pecado que iam obrar, e obraram”; portanto, que haviam cometido uma violência, como o sacrifício do bode, para porem fim à fonte da violência, o pai, cujo sacrifício ofereciam à Virgem Mãe; para Zé Bebelo não precisou mais para que os perdoasse, em nome dela, da “Puríssima, Nossa Mãe”, embora ele não soubesse dizer “se ela perdoa ou não”. Como na cobrança regular do imposto de apenas duas vacas para o sustento do bando, segundo autorizava, já que “era preciso se respeitar o trabalho dos outros”, o julgamento deveria também servir para “entusiasmar o afinco e a ordem, no meio do triste sertão” (Gsv, p. 73-4). Esta aparência civilizadora tinha também Hermes, que criou a arte do fogo e foi o primeiro que o fez brilhar e “revelou os meios de fazê-lo”<sup>8</sup>.

○ modo como Zé Bebelo retornou do ostracismo e voltou para o sertão, contado por um “vaqueirinho” assustado, no começo ainda da narrativa, traz dele também todos esses aspectos acima referidos: ele é alguém que chega vindo de longe, difícil de se apreender, de aparência dúbia, e que vem para mudar e brigar, quer dizer, cheio de ambigüidades, no modo como usa a selvageria e a violência para estabelecer a ordem e a paz:

— “Ele? O jeito que é o dele, que ele tem? Em é mais baixo do que alto, não é velho, não é moço... Homem branco... Veio de Goiás... O que os outros falam e tratam: “*Deputado*”. Desceu o Rio Paracatu numa balsa de buriti... — Estávamos em jejum de briga...” — ele mesmo disse. Ele e seus cinco deram fogo feito feras. Gritavam de onça e de uivado... Disse: vai remexer o mundo! Desceu o Rio Paracatu numa balsa de buriti... Desceram... Nem cavalo eles não têm...” (Gsv, p. 85).

**E** esse encontro com ele, foi assim referido por Riobaldo: “E, na noite, ninguém não dormiu direito, em nosso acampo. De manhã, com uma braça de sol, ele chegou. *Dia da abelha branca*” (Gsv, p. 85, grifo meu). O comportamento de Zé Bebelo assemelha-se ao de Hermes, quando este foi julgado por Zeus, pelo roubo das vacas de Apolo; e o seu modo ingênuo e audacioso de se defender provocou em Zeus um riso explosivo. Hermes, no julgamento, se comporta como o deus-criança que é, uma espécie de eterno adolescente. Zeus, como um juiz mais compreensivo do que punitivo, ordena que os dois deuses irmãos procurem um acordo e que Hermes indique onde escondeu as vacas de Apolo. Este enfrenta ainda

<sup>8</sup> HOMERO, op. cit., p. 121.



uma desavença com o irmão mais novo; Apolo horrorizado com a sua precocidade, mas, depois, seduzido pelo canto e pela forma como Hermes tocava a lira, em retribuição, o faz mensageiro e lhe concede os dons que havia aprendido com as abelhas, as Destinadas ou as Veneráveis, “três virgens orgulhosas das suas asas rápidas”, que era a arte divinatória:

Quando, saciadas com o mel novo, elas são tomadas por um transporte profético, elas consentem voluntariamente em dizer a verdade; se, ao contrário, elas são privadas do doce alimento dos deuses, elas tratam imediatamente de vos perder. Eu concedo-as a ti de hoje em diante: alegre o teu coração interrogando-as sinceramente; e se proteges um homem mortal, ele poderá escutar com freqüência a sua voz, se a sorte estiver com ele.<sup>9</sup>

**C**omo um visionário, com o dom das abelhas, a ação e o interesse de Zé Bebelo também se projetavam para o futuro. O primeiro retrato que nos é dado dele é muito parecido com o de uma abelha listrada de azul e amarelo, com as asas batendo, um “inhampas”, como eles se chamavam, e o lugar onde ficava, a Nhanva, (*nhan*, correr<sup>10</sup>), é descrito como um vespeiro e a movimentação dos seus homens como um enxame de abelhas:

A Nhanva *enxameava* de gente homem — pralaprá de feira em praça. E era vistosa fazenda assobradada, com grandes currais e um terreirão. Vi logo o dono. Ele era imediatamente estúrdio, vestido de brim azul e calçando botas amareladas. Era nervoso, magro, um pouco mais para baixo do que o tamanho mediano, e com braços que pareciam demais de compridos, de tanto que podiam gesticular. Fui indo, ele veio vindo, o grande revólver na cintura; um lenço no pescoço dêle esvoaçava. E aquêlo cabelo bom, despenteado alto, topete arrepiadinho. (Gsv, p. 122, grifo meu)

**E**le era um homem só do mando, como se definia, identificando-se inteiramente com a linhagem paterna: “Só obro o que muito mando; nasci assim. Só sei ser chefe” (Gsv, p. 87). Mas inovava, como se soubesse aproveitar também da fresta aberta na tradição pela filiação materna, tornando-se um homem de planos e projetos, conforme Riobaldo observou, quando o procurou para ser o seu professor, transformando-se no secretário dele; depois, no seu aprendiz e substituto, sucesso que talvez anunciasse a frase enigmática: “Dia da abelha branca”, como prenúncio do que era dito no canto homérico a Hermes: “e se conhece um homem mortal, ele poderá escutar com freqüência a sua voz, se a sorte estiver com ele”. Na narrativa de todo esse episódio (Gsv, p. 122-8), abundantemente citado e

<sup>9</sup> Ibidem, p. 139 (tradução minha).

<sup>10</sup> Cf. NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Método moderno de tupi antigo*. 2ª ed. São Paulo: Vozes, 1999, p. 612.

apreciado pela crítica, Riobaldo deixa claro algumas coisas. Primeiro, como estavam associadas em Zé Bebelo a vontade de saber e a de dar ordens, como se não bastasse só aprender e fosse necessário pôr em prática o que havia aprendido: “ele, chegava na janela, apitava num apito, ministrava aquela brama de ordens: dez, vinte execuções duma vez”. Segundo, que ele, Riobaldo, que havia sido contratado para ser o professor, parecia mais ser usado como ouvinte, junto a quem Zé Bebelo arquitetava o seu discurso, tornando-se com isso mais aprendiz do que mestre. É a partir da sua adaptação a esse papel, que ele se transforma no seu secretário e, depois, ao longo da ação, aprendiz. E, por fim, que o discurso tinha um conteúdo, por um lado, de desenvolvimentismo e progresso, “botando pontes, baseando fábricas, remediando a saúde de todos, preenchendo a pobreza, estreando mil escolas”, e, por outro, nacional, “tudo é nacional”, “falar muito nacional”, de modo a desentocar o atraso, modernizar o sertão e integrá-lo verdadeiramente à nação:

Eu tinha ficado com ruma de foguetes para soltar, e foi festa. Zé Bebelo mandou dispor uma tábua por cima de um canto de cerca, conforme ele ali subiu e muito falou. Referiu. Para lá do Rio Pacú, *no município de Brasília*, tinham volteado um bando de jagunços — o com o valentão Hermógenes à testa — e derrotado total. Mais de dez mortos, mais de dez cabras agarrados presos; infelizmente só, foi que aquele Hermógenes conseguira de fugir. Mas não podia ir a longe! Ao que Zé Bebelo elogiou a lei, deu viva ao governo, para perto futuro prometeu muita coisa republicana. (GSV, p. 128, grifo meu)

O discurso de Zé Bebelo seguia algumas orientações: no âmbito político, de combate à ação violenta e arbitrária do mandonismo local e de afirmação dos poderes do Estado; no econômico-administrativo, de extensão da ação governamental e de promoção do progresso material no interior; e no ideológico-cultural, de afirmação de uma identidade nacional, superpondo-se às solidariedades locais: “Aqui o que me faz falta é uma bandeira, e tambor e cornetas, metais mais...” (GSV, p. 89). Na época em que o livro foi escrito e publicado, meados dos anos 50, esse discurso já era o dominante, porém ele vinha se estruturando desde os anos 20 e 30, com o tenentismo e o getulismo. Desse modo, no período em que se situa a ação do romance, mais ou menos na década de 20, ele é novo e visionário, contrastando fortemente com a situação do coronelismo e do mandonismo das políticas locais. Desse modo, Zé Bebelo é o novo que se anuncia, mas no qual também não se podia confiar inteiramente, “quem desconfia fica sábio”, já dizia Riobaldo, ressentindo-se também da vacuidade do discurso de Zé Bebelo: “Começava por aí, durava um tempo, crescendo voz na fraseação, o muito instruído no jornal. Ia me enjoando. Porque completava sempre a mesma coisa” (GSV, p. 126)<sup>x</sup>.

Na pequena cena de Zé Bebelo discursando, citada acima, ele fala da sua própria ação, derrotando o atraso, entocado no “município de Brasília” e representado pela figura do Hermógenes, embora não fosse, ainda dessa vez, de forma definitiva. Esse discurso sobre a necessidade de se levar as conquistas civilizatórias do litoral para o interior vinha de longe, desde José Bonifácio, o Patriarca da Independência, que já o havia expressado claramente<sup>11</sup>. Mas, as disposições provisórias para que isso se transformasse numa política do Estado Central e se concretizasse com a transferência da capital do país para Brasília, só vieram a ser tomadas durante o governo Dutra. Este quando candidato à presidência, Guimarães o apoiou e se empenhou na sua eleição, período em que o romance estava sendo escrito<sup>12</sup>. Com o Hermógenes representando tudo o que representa no livro — o informe, a violência desmedida e recíproca, o crime, a falta de valores éticos, enfim, o sertão desgovernado por dentro e por fora —, não fica difícil interpretar a cena como uma alegorização também do momento político que vivia o país e era objeto de preocupação do autor<sup>x1</sup>. Riobaldo via com simpatia e preocupação, mas também com desconfiança, a pregação triunfante de Zé Bebelo: “elogiou a lei,

x A vacuidade ou “tenuidade” das pregações sobre uma política “nacional”, no sentido de superação dos interesses mais imediatos, privados e locais, foi um fato bastante observado pelos intérpretes da vida política brasileira. No entanto, foi Oliveira Vianna que o colocou no centro das suas preocupações, procurando estudá-lo: “[...] Daí a tenuidade de consistência ou a pouca densidade que encontramos na nossa consciência *municipal* e, com mais razão, na nossa consciência *provincial* e *nacional*. [...] Não tendo necessidade de se unirem pela pressão da história, estes clãs continuaram — tanto na Colônia, como no Império e mesmo na República — a manter a sua insolidariedade, o seu atomismo, a sua vida de insulamento *oikal* (domínio independente). Não puderam, assim — nem tiveram tempo histórico bastante para tanto — de criar uma consciência *provincial* ou *nacional* (hoje diríamos ‘complexos culturais da Província e da Nação.’” Op. cit. p. 342-3.

11 Cf. ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. *Projetos para o Brasil*. (Org. Miriam Dolhnikoff). São Paulo: Cia das Letras, 1998, em esp. p. 179 e p. 232.

12 V., p.ex., cartas de Guimarães aos pais, de 30.11.45 e de 14.3.46. In: ROSA, Vilma Guimarães. *Relembra-mentos: João Guimarães Rosa, meu pai*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983, p. 160-2.

x1 Tanto a construção de enigmas, pela disseminação de sinais a serem percebidos e decifrados por aqueles que têm olhos para ver, os iniciados, quanto o uso de despistes fazem parte da estratégia literária de Guimarães Rosa. Na novela “São Marcos”, a primeira representação de Saturno/Cronos que aparece é a de Saturnino Pinga-pinga, porém ela é fácil e aparente. A segunda, mais velada, porém com maior significação e importância é a de Aurísio Manquitola. Sobre isso, discorri na primeira parte do terceiro capítulo deste livro: “A teoria dos três amores”. Aqui também, parece-me um despiste possibilitar a associação de Hermes com o Hermógenes, por causa da semelhança dos nomes, de modo a desviar a atenção de Zé Bebelo, este sim, trabalhado de modo a que, nele, os

deu viva ao governo, para perto futuro prometeu muita coisa republicana”. Sabia intuitivamente como eram fortes as forças desorganizadoras a serem enfrentadas; sentia também como soava artificial o discurso de Zé Bebelo e como as suas propostas teriam dificuldades para se ajustar ao costume. Principalmente “a coisa republicana”, que implicaria na superposição de um outro poder, vindo de fora e representando outros interesses, sobre o poder dos homens locais, aparentemente estruturado espontaneamente a partir de valores próprios e tradicionais, como descendência, coragem e lealdade. Para que a realização de alguma mudança fosse possível, seria necessário um poder de violência maior ainda do que o dos homens da terra, sendo preciso, portanto, o uso dos próprios meios que se combatia, ainda que fosse em nome da lei e da justiça, o que parecia um contra-senso<sup>xii</sup>.

» atributos míticos do deus se ajustassem ao tempo histórico. Só para citar um exemplo de como ocorre esse equívoco, veja se a leitura que faz disso Francis Utéza: “Nestas condições, desta série de patronímicos, só o prenome persiste como marca pessoal, *Hermógenes*: etmológicamente, a um tempo genitor do mercúrio e engendrado por ele”. In: *Metafísica do Grande sertão*. (Trad. de José Carlos Garbuglio), São Paulo: EDUSP, 1994, p. 294. Pode parecer forçado também ver aí uma alegorização da política e de políticos contemporâneos do autor; no entanto, creio que só o seria se essa prática literária se resumisse a essa passagem. Trata-se de uma técnica quase lúdica do autor, essa de criar representações cheias de sutilezas, como se fossem pequenos medalhões significativos, incrustados no texto, a serem lidos e decifrados. Mas essa não é a única, existem outras, que irei apresentando ao longo deste trabalho.

xii Evaldo Cabral de Mello procura mostrar como, no Brasil, tanto a Independência quanto a República tiveram também um caráter retrógrado: a primeira, com relação à revolução constitucionalista do Porto, de 1820, e a segunda, com relação ao que fora o Império. Dentro da mesma linha de pensamento, ele diz como o surgimento de um sentimento nacional, aqui, foi tardio e imposto, em contraste com os sentimentos nativistas locais, para ele, mais efetivos e espontâneos: “Só ao abolir-se a escravidão, criamos a oportunidade real de constituir um povo, fundamento da nação. Ao americanizar o sistema político e ao introduzir a política dos governadores, a República tornou-se tolerante, ao contrário do Império, que ao menos professava, da boca para fora, horror por elas, para com as práticas políticas do secular autoritarismo interiorano./ [...] Em finais de Quinhentos, já havia ‘paulistas’ ou ‘sam-paulistas’; e, nos começos de Seiscentos, ‘pernambucanos’. Enquanto isso, ao longo de Setecentos, ‘brasileiro’ era apenas o indivíduo que vivia a cortar o pau-brasil nas matas e de transportá-lo para os portos. Por sua vez, o adjetivo ‘brasílico’ tinha sabor erudito. Quando a Independência se desenhava no horizonte, os brasileiros éramos designados ‘portugueses da América’ para distinguir dos ‘portugueses da Europa’./ Àquela altura, Hipólito José da Costa excogitava, no seu exílio inglês, o termo adequado com que batizar os cidadãos do país que se ia criar. ‘Brasiliano’ havia sido tradicionalmente o termo dado aos índios e como tal resultava excludente de quem não tivesse sangue ameríndio. Quanto a ‘brasileiro’, parecia-lhe inapropriado devido ao sufixo

Essa oposição entre o Hermógenes e o Zé Bebelo, como dois guerreiros ou dois homens da raça de bronze, do mito de Hesíodo, é feita pelo próprio Riobaldo, num trecho, cujo parágrafo inicial começa justamente com uma frase que provoca uma forte estranheza. Primeiro, ela só tem uma palavra, um substantivo de grande força expressiva, tanto pelo som, que imita a batida do sino, como pelo sentido, de metal duro e pesado usado na forja de armas; e, segundo, o artigo definido não concorda em número e gênero com o substantivo, que condensa em si ao mesmo tempo as funções de sujeito, verbo e objeto: “A bronzes.” (gsv, p. 162). Nesse trecho, ele narra como se sentia incomodado com certas práticas jagunças, como quando aprisionaram um espião que tinha vindo traí-los e o assassinaram. Depois, ele conta como o Hermógenes, demonstrando só ter ódio e ruindade interiormente, se comprazia em ver e fazer sofrer, antes de matar, um inimigo que haviam aprisionado. Ele passa então a descrever os requintes de crueldade que o jagunço usava para sacrificar a sua vítima e nos dá o seu retrato, desenhando com traços grossos a sua figura grotesca e deformada, cuja expressão exterior correspondia perfeitamente aos seus sentimentos interiores:

Ele gostava de matar, por seu miúdo regozijo. Nem contava valentias, vivia dizendo que era mau. Mas, outra vez, quando um inimigo foi pego, ele mandou: — “Guardem este.” Sei o que foi. Levaram aquele homem, entre as árvores duma capoeirinha, o pobre ficou lá, nhento, amarrado na estaca. O Hermógenes não tinha pressa nenhuma, estava sentado, recostado. A gente podia caçar a alegria pior nos olhos dele. Depois dum tempo, ia lá, sozinho, calmoso? Consumia horas, afiando a faca. Eu ficava vendo o Hermógenes, passado aquilo: ele estava contente de si, com muita saúde. Dizia graçejos. Mas, mesmo para comer, ou falar, ou rir, ele deixava a boca própria se abrir alta no meio, qual sem vontade, boca de dor. Eu não queria olhar para ele, encarar aquele carangonço; me perturbava. Então, olhava o pé dele — um pé enorme, descalço, cheio de coceiras, frieiras de remeiro de rio, pé-pubo. Olhava as mãos. Eu acabava achando que tanta ruindade só conseguia estar naquelas mãos, olhava para elas, mais, asco. Com aquela mão ele comia, aquela mão ele dava à gente.

» que denota a profissão, não a origem. Daí que optasse por ‘brasiliense’, o qual adotou no título da sua gazeta londrina./ [...] Ao passo que o nativismo respondia a uma experiência espontânea das gentes, a criação de um Estado nacional parecia algo artificioso, o ‘grand design’ de altos funcionários da Coroa ou o enigma político escondido no autoritarismo e no dinasticismo do regente d.Pedro./ Quanto ao Rio de Janeiro, era encarado com o disfarce grosseiro da antiga dominação portuguesa. Por sua vez, o Estado Novo considerou-se obrigado a promover a queima pública das bandeiras estaduais, no objetivo de exorcizar os restos de sentimento local que a seu ver comprometiam a unidade nacional, embora essas bandeiras, exceto em dois ou três casos, fossem meras improvisações estadualistas da República Velha’. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17.9.2000. Mais!, p. 14-6.

**Ele** aparece como a própria encarnação da desmedida, da *hybris*, do poder de violência e da força descontrolada. Isso, em todos os sentidos: nos sentimentos interiores, ele era movido pelo ódio, “fel dormido, flagelo com frieza”; nos aspectos exteriores, parecia animalesco, como se fosse só uma boca aberta ocupando todo o rosto, como expressão da ferocidade e da agonia; nesse aspecto, ele lembrava também o escorpião, “carangonço”, se arrastando com os pés apodrecidos e deformados, “pé-pubo”; e nas ações, que era o principal, elas eram sádicas, ele encontrava nelas o prazer e a saúde, tiradas da dor do outro, e que adquiriam toda a sua expressão no seu instrumento, nas mãos asquerosas, as mesmas que usava para o seu bem e a falsa cortesia: “Com aquela mão ele comia, aquela mão ele dava à gente”. É essa materialidade do Hermógenes, no sentido da perda da forma e do contorno, que faz Riobaldo se lembrar de Zé Bebelo, como o outro extremo, quase pura forma (como deveria parecer carente de conteúdo concreto a pregação do seu discurso), e compara os dois:

Entremeando, eu comparava com Zé Bebelo aquele homem. Nessa hora, eu gostava de Zé Bebelo, quase como um filho deve de gostar do pai. As tantas coisas me tontavam: eu em claro. De repente, eu via que estava desejando que Zé Bebelo vencesse, porque era ele quem estava com a razão. Zé Bebelo devia de vir, forte viesse: liquidar mesmo, a rás, com o inferno da jagunçada! Eu estava ali, cumprindo meu ajuste, por fora, com todo rigor; mas estava tudo traindo traidor, no cabo do meu coração. Alheio, ao que, encostei minhas costas numa árvore. Aí eu não queria ficar doido, no nem mesmo.

**Riobaldo**, que agora lutava no bando do Hermógenes contra Zé Bebelo, reconhecia mais valor e medida no inimigo, como se a sua força guerreira tivesse algum controle da *Dike*, do sentido de justiça: “era ele quem estava com a razão”<sup>xiii</sup>. Quando ele expõe a Diadorim as suas inquietações com relação ao Hermógenes,

<sup>xiii</sup> Jean-Pierre Vernant, na leitura bastante original e organizadora que faz do mito de Hesíodo, coloca no mesmo plano a raça dos homens de bronze, os guerreiros, e a dos heróis, igualmente guerreiros como aqueles, mas cujo poder de violência não é exercido desmedidamente, mas controlado pela *Dike*: “A raça dos heróis define-se, em relação à do bronze, como a sua contrapartida na mesma esfera funcional. São guerreiros; lutam na guerra, morrem na guerra. A *Hybris* dos homens da raça de bronze, em vez de aproximá-los dos homens da raça de prata, separava-os. Inversamente, a *Dike* dos heróis, em lugar de separá-los dos homens de bronze, une-os contrapondo-os. Com efeito, a raça dos heróis é denominada *δίκαιοτερον και ἀρειον*, mais justa e ao mesmo tempo mais valorosa militarmente. A sua *Dike* se situa no mesmo plano militar que a *Hybris* dos homens de bronze. Ao guerreiro, votado por sua própria natureza à *Hybris*, opõe-se o guerreiro justo que, reconhecendo os seus limites, aceita submeter-se à ordem superior da *Dike*”. Op. cit., p. 40

perguntando como um chefe como Joca Ramiro, “tão subido, de nobres costumes”, consentia em ter como alferes alguém como ele, Diadorim justifica as ações do jagunço:

— “Riobaldo, onde é que você está vivendo com a cabeça? O Hermógenes é duro, mas leal de toda confiança. Você acha que a gente corta carne é com quicé, ou é com colher-de-pau? Você queria homens bem comportados bonzinhos, para com eles a gente dar combate a Zé Bebelo e aos cachorros do Governo?!” A espichado, nesse dia calei. Assim uma coisa eu estava escondendo, mesmo de Diadorim: que eu já parava fundo no falso, dormia com a traição. Um nublo. Tinha perdido meu bom conselho. E entrei em máquinas de tristeza. (GSV, p. 162-4).

**D**iadorim justifica a dureza do Hermógenes com a sua lealdade, como sendo condizente com a confiança que depositavam nele, pois era de homens assim que se precisava para dar luta “aos cachorros do Governo”. Desse modo, posteriormente, os crimes do Hermógenes que combateriam, seriam apenas os seus desvios, a traição e o assassinato de Joca Ramiro, e não a sua própria natureza maligna, a *hybris*, contra a qual parecia querer se voltar Riobaldo, desde o seu aprendizado com Zé Bebelo. O combate ao Hermógenes seria mais um projeto de vingança do que a luta pela constituição de uma ordem justa. A tristeza que agora dilacerava Riobaldo, “entrei em máquinas de tristeza”, que lembra muito os estados de depressão profunda de Macunaíma, era o impasse em que se encontrava, “eu já parava fundo no falso”, entre as suas afinidades do coração — que iam da *cordialidade* à *coragem* (as duas palavras têm o mesmo etmo, *cor*, *cordis*, coração), vindas da região dos afetos, como os sentimentos e laços que o prendiam a Joca Ramiro e Diadorim — e as racionais, correspondentes aos valores morais e humanos, como os da ética e da piedade, na medida em que reconhecia a necessidade de se estabelecer limites à violência e controlá-la, como deveria ser uma ordem republicana, da qual Zé Bebelo se fazia o portador. O movimento pendular do trapézio da sua alma volúvel — dependendo de onde estava, Riobaldo sentia-se oscilar para o lado oposto, “dormia com a traição” — contrariava os modelos piramidais a que aspirava imitar e cultuava, como os de Joca Ramiro e Diadorim.<sup>xiv</sup>

xiv Usei as imagens da pirâmide e do trapézio para lembrar Raimundo Faoro, que as usou, tiradas do *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, para falar de Machado de Assis e da ambigüidade da formação da sociedade brasileira, onde confluem as classes sociais e os estamentos no seu movimento no tempo: “Sedutora a tarefa, pela riqueza do material e, sobretudo, pela especial confluência de duas épocas, que projeta, no ponto de vista da encruzilhada, o encontro de dois mundos, o mundo que se despede e o mundo que chega. Os valores de um não são os valores de outro, as regras de con-

**Medeiro Vaz, ao sair pelo sertão para combater a violência, “a guerra e os desmandos de jagunços”, e impor a justiça, rompeu com a velha estrutura doméstica patriarcal e procurou apagar os seus sinais exteriores: queimou a casa que tinha sido “de pai-avô-bisavô — espiou até o voejo das cinzas”, e destruiu as marcas do cemitério onde estavam os ossos dos antepassados, “desmanchou cerca, espalhou as pedras”, eliminando os fundamentos da casa da qual eram os protetores e a possibilidade de virem a ser desonrados. Com isso, destruía as bases materiais e simbólicas que o vinculavam ao passado histórico e patriarcal, a grande propriedade familiar e os lares protetores, que poderiam servir de refúgio e alternativa à missão e à vida aventureira do sertão<sup>xv</sup>. No plano alegó-**

» duta se partem, vazias para quem olha para trás, indefinidas, incertas, vagas para quem sente a hora que soa, sem compreendê-la plenamente, incapaz de amá-la, toldado pela melancolia. [...] O prestígio das personagens antigas já não convence o espectador, enquanto os recém-vindos ainda sofrem a mácula do desdém. Na estrutura dualista, a ponte — a artificial estilização — não solda as categorias que, apesar de acomodadas, resistem aos símbolos comuns da integração”. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Editora Nacional, 1974, p. 3-4. Jean-Pierre Vernant situa também a tragédia e o herói trágico no espaço da cidade grega e no momento em que as formas explicativas das ações humanas vivem tensões e ambigüidades: “A todo momento, a vida do herói se desenrola como que sobre dois planos, cada um dos quais, tomado em si mesmo, seria suficiente para explicar as peripécias do drama, mas que a tragédia precisamente visa a apresentar como inseparáveis um do outro: cada ação aparece na linha e na lógica de um caráter, de um *éthos*, no próprio momento em que ela se revela como a manifestação de uma potência do além, de um *daímon*./ *Éthos daímon*, é nessa distância que o homem trágico se constitui”. *Mito e tragédia na Grécia Antiga*, vol. I e II, p. 15. Usei essas duas referências, uma historicizante e outra estrutural, uma particular e outra geral, para poder melhor especificar a dualidade em que se debatia Riobaldo. As suas afinidades oscilavam entre duas forças de atração, nos planos da ação guerreira e amorosa, mas igualmente falhas e com as quais não encontrava total identificação, a não ser, em breves momentos, com certas manifestações que pareciam ser uma resultante de ambas.

Esse mesmo tipo de despiste que conduz a muitos enganar, parece que Guimarães dá também em outros planos, principalmente nas poucas entrevistas que deu, induzindo-nos sempre a pensar no caráter revelado da sua inspiração e na dimensão religiosa ou metafísica da sua literatura. Sobre isso voltarei em outra parte do trabalho.

xv Limeira Tejo descreve como os membros das famílias agrárias erigiam-se em continuadores do passado e de seus antecedentes, e como, para afirmar o que se constituía numa marca fundamental das suas personalidades, ostentavam os objetos e propriedades herdadas: “Possuir terras herdadas era sinal de nobreza, devendo o domínio continuar indivisível nas mãos da descendência. Mantinha-se assim o orgulho das linhagens diretas, e o respeito hierático, levado pela sociedade patriarcal desaparecida. Houve como que uma identificação da terra com a família, realizando-se uma



rico do livro, que estamos tentando desentranhar, como numa escavação em busca de sentidos, Medeiro Vaz significava o desgarramento da tradição para realizar a *travessia* vertiginosa no sertão, ele rompia com o passado para lançar-se numa aventura guerreira de justiça. Essa trajetória do Brasil, no contexto da Primeira República, era preconizada por Alberto Torres, como a passagem de um tipo de patriotismo para outro, descrevendo deste modo o tradicionalismo a ser abandonado:

O patriotismo de outrora lançava raízes no passado e trazia a alma eriçada em combate contra o estrangeiro; a terra era, para o homem, a região sagrada dos avós, o cenário das lendas divinas, onde *túmulo e monumentos* prendiam os olhos à Antigüidade; os primeiros homens, divinizados, passaram a ser a sabedoria perfeita e absoluta, a cujos conselhos se pediam os princípios diretores da existência: o Deus criador e revelador de todas as religiões teve contato com *os fundadores da nação* e disse-lhes aos ouvidos as leis imortais que os deviam guiar e a seus pósteros. O estrangeiro era, por outro lado, o inimigo de Deus, da verdade, da lei e, portanto, da Pátria”.<sup>13</sup>

**Zé Bebelo** chegava ao sertão sem ter tido muito com o que romper, a tradição de que se vangloriava era só parcial, o seu fim era também o seu interesse, como no caso da “gorda boiada” dos filhos do Rudugério: combater a jagunçagem e se estabelecer deputado, desse modo, realizar na vida pública o que Medeiro Vaz havia renunciado na vida privada por uma missão maior: “Quando moço, de antepassados de posses, ele recebera grande fazenda. Podia gerir e ficar estado-nho” (GSV, p. 43-4). Entretanto, apesar da estatura dos dois modelos — um, de

» espécie de culto aos antepassados, impregnado de um certo animismo fetichista, na representação das pessoas desaparecidas, pelas coisas que lhe pertenceram. Quando morria o chefe, os seus objetos passavam na ordem da importância, isto é, da idade, às gerações dos filhos e dos netos.[...] O mesmo acontecia com os pertences da cabeça feminina do casal, que iam parar nas mãos das filhas e das netas, desde as jóias antigas, pesadonas, ofuscantes, até as almofadas de bilros para fazer rendas. E foi a propriedade territorial, mantida apesar de irreprodutiva, o elemento da articulação entre os dois mundos, o elemento mesmo de imposição do interesse moral da ordem antiga sobre a nova, alimentando nas famílias já urbanizadas o orgulho do seu passado rural e aristocrático. Este orgulho, no entanto, está muito longe de ser compreendido como uma arrogância — e deve ser entendido como uma satisfação quase ingênua de pertencer às linhagens históricas da região”. *Brejos e carrascais do Nordeste*. São Paulo: 1937, p.102. Apud VIANNA, Oliveira. Op. cit., p. 240.

<sup>13</sup> Assim, a atitude de Medeiro Vaz nos parece ser mais a de quem rompe com os fundamentos ancestrais do que a de um herói fundador. TORRES, Alberto. *A organização nacional*. 3ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978, p. 109, cf. tb. p. 113 (grifos meus).

cavaleiro íntegro, totalmente devotado a sua missão de justiça e que morre como um deus, “touro preto todo urrando no meio da tempestade”, e outro, de mestre em todo tipo de astúcias e valentias, regido por Hermes e descrito como o próprio, “um vivo demais de fogo e vento, zás de raio veloz como o pensamento da idéia” —, quando Riobaldo os coloca lado a lado, numa passagem que se assemelha a um camafeu, com dois deuses gregos de marfim incrustados num campo negro, pode compará-los e enxerga neles limitações que não via em Joca Ramiro:

Medeiro Vaz reinou, depois de queimar sua casa-de-fazenda. Medeiro Vaz morreu em pedra, como o touro sozinho berra feio; conforme já comparei, uma vez: *touro preto todo urrando no meio da tempestade*. Zé Bebelo me alumiou. Zé Bebelo ia e voltava, como *um vivo demais de fogo e vento, zás de raio veloz como o pensamento da idéia — mas a água e o chão não queriam saber dele*. (GSV, p. 293, grifos meus)

Joca Ramiro não havia rompido com o passado, a fazenda São João do Paraíso era um lugar para onde sempre voltava, nem vinha ao sertão querendo tudo mudar, como um espírito novo e de fora. Ele era único, porque era capaz quase do milagre, continuava e mudava, reunia no presente o passado e o futuro, “*mandando por lei*”. Expressão que integrava dois termos que só se acomodavam com muito poder de milagre, capaz de superar as contradições, compondo-as num paradoxo impossível, que reunia a tradição do *mandonismo*, “mandando”, do poder pessoal dos grandes chefes da aristocracia rural, com a *lei*, “por lei”, a exigência nova vinda de fora e da cidade:

Quando [Medeiro Vaz] conheceu Joca Ramiro, então achou outra esperança maior: para ele, Joca Ramiro era único homem, par-de-frança, capaz de tomar conta deste sertão nosso, *mandando por lei, de sobregoverno*. Fato que Joca Ramiro também saía por justiça e alta política, *mas só em favor de amigos perseguidos; e sempre conservava seus bons haveres*. (GSV, p. 44, grifos meus)

Zé Bebelo não morre — ao contrário de Medeiro Vaz, que pertencia a “uma raça de homens” que se extinguia juntamente com o seu tempo —, ele sobrevive às guerras e à sua movimentação incessante, “daquele movimento sem termo nem nenhuma outras ociosidades” (GSV, p. 345), e se realiza no negócio, no comércio, nos projetos de riqueza deste mundo, “A ganhar muito dinheiro — é o que vale”, aproveitando-se para isso inclusive das lembranças do vivido, que pretende publicar nos jornais. Mas é ele também que doa a Riobaldo, “meu discípulo”, o contato com o futuro, o além ou o divino, encaminhando-o “com um bilhete seu para o Compadre meu Quelemém de Góis” (GSV, p. 570). As feições terrena e divina de Zé Bebelo/Hermes continuam até o final da narrativa.

Eram estes os três paradigmas dos “grandes chefes”, que Riobaldo apreciava quan-

do se voltava para a vida guerreira do sertão, e que guardavam também uma correspondência com os três paradigmas amorosos do herói, vistos no capítulo II, quando ele se voltava para o âmbito das suas aspirações pessoais privadas.

**E**xpressar e interpretar as simbolizações míticas que Guimarães usa para a composição das suas personagens, de modo a fazê-las transcender o simples sujeito empírico, parece-me importante para entendermos o que ele tem em vista, os conteúdos que está pretendendo representar no julgamento que estamos estudando. Ali se encontram mais do que homens como nós e os da nossa experiência, embora não sejam também os próprios deuses com que são identificados pelos sinais disseminados no texto. Fosse assim, teríamos uma alegoria simples, o que não é o caso. São antes representações de elementos permanentes que se fazem presentes nas ordenações humanas, eles misturam-se com (ou encarnam-se em) sujeitos empíricos para se constituírem em forças com determinados sentidos em luta e tensão, mas adquirindo sempre novas feições em cada momento particular da história. Como a observação dos fatos, por si só, não nos permite apreender toda a sua significação, temos que usar da intuição, da nossa capacidade de visão, de imaginação e de representação do que está além dos eventos particulares e empíricos, que em si não nos transmitem mais do que uma imagem caótica do tempo. Esta intuição intelectual — que é uma capacidade de filtrar e distinguir o essencial do acessório, o que está além das manifestações, embora não seja independente delas — constitui-se na apreensão do que está de fato em jogo na história, e cabe a nós captá-lo e revelá-lo, representando o que há de conhecido no desconhecido, de repetitivo, ainda que de modo particularizado, no aparentemente inédito. No nosso caso em estudo, como o novo espírito do tempo passageiro é julgado pela fixidez e permanência da tradição, representando-se o movimento e o trânsito do histórico como o encontro de dois ventos, “o diabo na rua, no meio do redemoínho...”, é a citação que Guimarães Rosa usou como epígrafe nas primeiras edições do *Grande Sertão*. E, no julgamento de Zé Bebelo/Hermes/Mercúrio, o juiz que o preside, concede a palavra e dá a sentença é Joca Ramiro/Zeus/Júpiter.

**À sombra da Casa-grande** Por que narrar um episódio tão singular e central no desenvolvimento épico do romance numa forma dramática? Além de se constituir também num drama singular, já que os espectadores, o que seria a platéia, emergem e acabam participando dele como um ator coletivo, lembrando, em alguns momentos, o papel desempenhado pelo coro na tragédia grega. O efeito maior da dramatização do episódio é o da sua presentificação, ele volta a ser reencenado a cada vez que é lido, como se não fosse suficiente narrá-lo como um fato acabado e só do passado. Um momento tão alto e inédito não poderia

ser apresentado como finito e restrito a um tempo que já se foi, seria preciso mais do que recordá-lo, mas revivê-lo sempre, para assim permanecer na memória do leitor, como um presente vivo. Enquanto leitor/espectador, ele pode apreciá-lo mais de perto, como se fosse também um participante, transformando-se, com isso, não só numa sua testemunha, mas também personagem. Desse modo, drama — conflito que define o destino de um sujeito e de um povo — e rito — repetição de um ato que deve sempre ser revivido como num culto, para restabelecer-se o contato — reúnem-se aqui no tribunal do sertão.

○ cenário onde deveria se processar a absorção desse traço fundamental de civilização pelas forças guerreiras do sertão, “o que não sendo dos usos...”, como diz o Hermógenes, é bem escolhido; por isso não é só um cenário, é também um berço ou ninho que deve acolher, proteger e fazer fecundar o ovo do novo que ali se pretende gerar. Não poderia assim ser um lugar qualquer e nem o ato deveria se processar sem a devida pompa. Joca Ramiro rejeita que o julgamento seja no campo aberto de batalha, onde haviam aprisionado Zé Bebelo, no “É-já”, ou seja, no *hic et nunc*, no lugar onde estavam, aberto ao vento e ao passageiro do aqui e agora. Ele escolhe uma propriedade, uma grande fazenda, de um dos grandes senhores do sertão, do doutor Mirabô de Melo, e presidida por uma Casa-grande: “a Fazenda Sempre-Verde era a casa enorme” (GSV, p.244, grifo meu). Embora distantes, percorrem até ela três léguas, em procissão, num cortejo ritualístico, “tudo por glórias”, até o lugar de fixidez e permanência, a “Sempre-Verde”, cujo nome, embora milagroso e utópico, lembrando o Paraíso, onde reinava a eterna primavera, guarda um sentido de extrema oposição ao lugar de instabilidade em que estavam, no “É-já”. Lá, a Casa-grande ficava sobranceira, o totem<sup>xvi</sup> da sociedade patriarcal brasileira, como os altares da antigüidade, com a ágora fronteira:

<sup>xvi</sup> Esse aspecto totêmico e reverencial da Casa-grande é excelentemente descrito por Julio Belo: “Diante da casa grande, as cabeças se descobriam como diante de um templo, os lábios que falavam emudeciam, ou passavam a murmurar apenas as palavras da conversa em seu seguimento enquanto os interlocutores defrontavam-na; depois iam os lábios articulando mais alto, gradativamente, a conversa, na razão da distância que se ia pondo entre os que passavam e falavam e a residência do senhor de engenho. Se o senhor chegava a uma porteira e se encontrava alguém que vinha em sentido inverso, quem vinha descobria-se diante de quem chegava, abrindo bem a porteira para que por ela pudesse passar, com franqueza, o senhor de engenho e toda sua importância. E não batia como ordinariamente se faz: ia com ela vagarosamente até o mourão, encostando-a com doçura. O Senhor de engenho passava: bater-lhe a porteira com força pelas costas era falta de respeito. No silêncio da noite, nem um chicote estralejava, tangendo um comboio de animais por defronte da casa grande; o HOMEM dormia”. *Memórias de um senhor de engenho*. Rio de Janeiro: 1938, p. 184. Apud VIANNA, Oliveira, op. cit., p. 311.

A Fazenda Sempre-Verde era a casa enorme, viemos saindo da estrada e entrando nas cheganças, os currais-de-ajuntamento. Aquele mundo de gente, que fazia vulto. Parecia um mortório. Antes passei, afanhou a porteira, aí fomos enchendo os currais, com tantos os nossos cavalos. A casa-de-fazenda estava fechada. — “Não carece de se abrir... Não carece de se abrir...” — era uma ordem que todos repetiam, de voz em voz. *Ave, não arrombassem, aquilo era de amigo, o doutor Mirabô de Melo, mesmo ausente.* Esbarramos no eirado, liso, grande, de tanto tamanho (GSV, p. 244, grifo meu).

**O** lugar que Joca Ramiro havia escolhido para o julgamento era, portanto, um lugar a ser respeitado, onde, mesmo ausente, a autoridade ou o espírito do amigo e aliado estava presente. Porém, acima ainda do senhor particular, estava o simbólico geral, o totem, o esteio e a encarnação de uma ordem que deveria saber receber aquele novo rito: a Casa-grande. Esse talvez fosse o significado da escolha de Joca Ramiro: o de crença e confiança na ordem tradicional. Ele colocava-se sob a égide da Casa-grande, por sentir-se ali seguro e confiante de que ela saberia se abrir e incorporar, para a sua própria grandeza e glória, os novos costumes de civilização, que lhe permitiriam também o exercício da piedade.

**Na** montagem do julgamento, somente o réu tinha uma posição previamente estabelecida, devendo ficar no centro do círculo formado pelos demais, exposto e sujeito ao olhar daqueles que iriam julgá-lo. Todo o restante estava por ser definido, o que vai acontecendo espontaneamente, sem um plano discutido e sem que se precisasse fundamentar a função de cada agente. Deixavam-se levar por um movimento circular, que distribuía as pessoas e os papéis, aceitos naturalmente por todos, como se cada um estivesse ocupando o seu lugar adequado e nada parecesse forçado ou imposto. Desse modo, o novo, a instituição legal da cidade não era assimilada pelo costumeiro como só um arcabouço formal e abstrato imposto de fora; ela sofria adaptações, ia se acomodando às hierarquias e valores reconhecidos, adquiria com isso organicidade e aparecia como uma gestação dos próprios homens do lugar, sem os constrangimentos que os fariam reagir contra o que se estava inaugurando<sup>xvii</sup>:

xvii O processo de montagem e de adaptação do tribunal do *Grande sertão* à hierarquia e aos valores dos homens do lugar, aos seus usos e costumes, contrasta fortemente com toda a história institucional brasileira, de cópia e imitação de modelos externos, geralmente pouco condizentes com a realidade para onde foram transplantados, segundo a compreensão de Oliveira Vianna. Nesse sentido, o que mostra Guimarães Rosa nesse episódio, é a apreensão de um raro momento daquilo que chamamos de *modernização conservadora*, de institucionalização de um aspecto da vida sob o patrocínio (ou a regência) dos espíritos e totens arcaicos enraizados na história do país: “Disse alguém que, na Inglaterra e para o inglês, a palavra *gentleman* encerra um conceito tão concreto e

A Jagunçama veio avançando, feito um rodear de gado — fecharam tudo, só deixando aquele centro, com Zé Bebelo sentado simples e Joca Ramiro em pé, Ricardão em pé, Sô Candelário em pé, o Hermógenes, João Goanhá, Titão Passos, todos! Aquilo, sim, que sendo um atrevimento; caso não, o que, maluqueira só. Só ele sentado, no mocho, no meio de tudo (GSV, p. 245)

○ réu, que havia pedido o julgamento, não se mostrava submisso e arrependido. Pelo contrário, a sua postura era altaneira e desafiante, “feito quando o peru estufa e estoura”. Assumia aquela mesma atitude infantil e jocosa de Hermes, quando submetido ao julgamento de Zeus, por haver roubado as vacas de Apolo; ela, ao invés de despertar a ira no deus Pai, fazia-o explodir de riso. Zé Bebelo também agia como se não fosse ele o réu, mas o dono da casa, convidando todos a se sentarem ao redor dele: “— Se abanquem... Se abanquem, senhores! Não se ve-xem...”. Essa postura surpreendia a todos, inclusive a Joca Ramiro, que estava em pé, como os outros, olhando o réu de cima para baixo; mas ele aceitou o convite e sentou-se no chão, colocando-se, portanto, num nível abaixo do de Zé Bebelo, que estava sentado no mocho, devendo ser ele agora quem olhava de cima para baixo. O que demonstrava a confiança que Joca Ramiro tinha em si e na sua grandeza: “Joca Ramiro era lorde, homem acreditado pelo seu valor”. Zé Bebelo, por sua vez, joga para o lado o tamborete, com um pontapé, e senta-se também no chão, ficando agora ambos no mesmo nível<sup>xviii</sup>. Ainda que acanhados, os de-

» objetivo como o que lhe seria sugerido pela palavra ‘salchicha’. Pode-se dizer que o mesmo ocorre com o conceito do ‘interesse público’ (*public utilities*) ou com o conceito do ‘bem comum’ (*public welfare*). Estes conceitos não são ali conceitos abstratos, sem contorno, nem conteúdo objetivo — como entre nós; mas conceitos concretos, que, no espírito do inglês, se recortam em imagem nítida, precisa — como um molde de cartão, como um esboço a bico de pena, como um desenho a *nankim*.[...] Os partidos políticos — mesmo os grandes partidos nacionais, como o Conservador e o Liberal — considerados do ponto de vista dos municípios e das províncias, eram, destarte, meras artificialidades, coisas *criadas* ou *imaginadas* — e não *realidades sociais*, entidades vivas, orgânicas, nascidas da estrutura cultural do povo, impregnadas do seu espírito, vivendo dela respirando como as plantas e os animais. De real, de vivo, de orgânico, na nossa estruturação de partidos, só existiam — os *clãs eleitorais*. Só o clã eleitoral — que era então (e ainda é) a unidade elementar da nossa vida pública; só o clã eleitoral (local, municipal ou distrital), só ele era real — sociologicamente, culturologicamente, psicologicamente real. Tudo o mais não passava de ficções do nosso impenitente idealismo utópico”. Op. cit., p. 341-2.

<sup>xviii</sup> É curioso observar como pode ter havido aqui uma contradição que escapou ao autor, pois, um pouco antes de Zé Bebelo jogar o tamborete para o lado com um pontapé, pedem para lhe amarrar os pés: “Ata amarra os pés também!” – algum enfezado gritou. Outro se chegou, com uma boa

mais se agacham para não destoarem nem ficarem mais alto do que Joca Ramiro, provocando um falatório geral de contentamento e aprovação daqueles gestos de alta cortesia dos dois chefes que se defrontavam.

**N**essa movimentação, o tribunal que estava se armando define-se no seu duplo aspecto: no de drama e no de ritual. O drama, por causa das tensões e conflitos, latentes e manifestos, que encerrava aquele julgamento, onde tudo parecia se arranjar muito instavelmente e ficava a um passo apenas do caos e do tumulto. E o ritual, porque não havia propriamente platéia e espectadores, todos estavam envolvidos e cada um a sua maneira participava do seu desenrolar. Os jagunços, ao invés de permanecerem afastados e assistirem passivamente aos acontecimentos, como já dissemos, reuniam-se num corpo coletivo, como num coro que reagia e respondia a cada intervenção, aprovando e desaprovando, como se quisesse também se fazer ouvir e participar do que ali se decidia. E é assim, como corpo coletivo, a primeira personagem a tomar forma e encontrar o seu lugar, assemelhando-se a uma força envolvente e decisiva no tribunal: “Ao que o povaréu jagunço, com ansiedade de ver e ouvir o que se desse, se espremendo em volta, sem remangar das armas. Aquele povo — rio que se enche com intervalo dos estremecimentos, regular, como o piscar de olho dum papagaio” (Gsv, p. 246).

**A** segunda personagem a tomar o lugar e definir o seu papel é Joca Ramiro, que naturalmente ocupa a posição de juiz-regente. É assim que ele agirá, não só como um juiz, mas também como um regente, cerimonioso, distribuindo a cada um a palavra, na sua ordem. Ele começa lembrando ao réu a sua situação, faz a acusação, questiona-o e interroga-o; depois, ele distribui a palavra aos que considera de maior direito, os chefes, e na seqüência que determina; acabadas as falas principais, ele tem ainda a grandeza de estender a oportunidade da palavra a todos, de modo que o coro deixa de se expressar coletivamente e passa a se exprimir nas vozes de alguns jagunços e nos seus próprios termos, entre eles, Riobaldo, que viverá como que uma pequena história dentro da grande história do julgamento; é Joca Ramiro também que dá a palavra ao réu, para a sua própria defesa, e, por fim, é ele quem julga a gravidade do crime e dá a pena.

**O** enfrentamento entre o juiz e o réu começa com um diálogo emblemático do que ali ocorria: Hermes, o sempre novo e em movimento, *fogo e ar*, com as suas razões, valores e formas de pensamento adaptados ao constante processo de mudança, sendo julgado pela tradição dos costumes, *terra e água*, os dois elementos fixos no seu devido lugar. No entanto, isto ocorria numa instância nova, trazida pelo comércio civilizatório, num tribunal, mas ainda regida e sob o controle das forças do sertão. Criava-se aí uma circularidade entre o novo e o velho,

» peia, de couro de capivara. Que era que aquela gente pensavam? Que era que queriam?” (Gsv, p. 244-5). Pelo texto, fica mais a impressão de que tinham amarrado de fato os seus pés.

o tempo e a permanência, sendo esta testada na sua capacidade de resistência à força destrutiva daquela, gerando com isso um redemoinho perigoso onde um poderia transformar-se no outro e estabelecer-se a indistinção, o que só um chefe da altura de Joca Ramiro saberia evitar, como procura fazer neste diálogo bravo que tem com o réu:

- O senhor veio querendo desnortear, desencaminhar os sertanejos de seu costume velho de lei...
- Velho é, o que já está de si desencaminhado. O velho valeu enquanto foi novo...
- O senhor não é do sertão. Não é da terra...
- Sou do *fogo*? Sou do *ar*? Da terra é a minhoca — que galinha come e cata: esgaravata! (GSV, p. 247, grifos meus)

○ que se deve aqui ressaltar primeiro é a flexibilidade da tradição e o seu processo de assimilação. Ela nem se mantém rígida no seu “costume velho de lei”, justificando o derrotado sem passar por um julgamento, nem importa a instituição do tribunal segundo as regras estabelecidas fora do sertão. Ela adapta o tribunal aos seus costumes, respeitando as hierarquias e os valores que haviam norteado até então as suas ações. O que demonstra, ao mesmo tempo, confiança em si, no que tinha sido e no que havia constituído como ética de conduta, e respeito pelo que vinha de fora, como algo a ser considerado e aproveitado para o acrescentamento da própria grandeza<sup>xix</sup>. A Casa-grande e Joca Ramiro, sob os signos da

xix Foi já na primeira novela de *Sagarana*, “O burrinho pedrês”, que Guimarães explorou alegoricamente essa concepção da sabedoria como uma forma própria de relacionar-se com o fluxo do tempo, nem cedendo inteiramente a ele nem resistindo-lhe frontalmente, mas procurando uma resultante, decorrente das forças de cada um para resistir-lhe. Foi assim que o Sete-de-Ouros salvou-se da voragem da enchente do córrego, muito significativamente chamado, da Fome. Desse modo, o tempo é identificado com a carência e a necessidade, além de ser fonte de ameaças e conflitos. A sabedoria do burrinho já havia sido enunciada no início da novela como a sua capacidade de colocar-se fora, à margem do movimento dos homens e dos bichos. Quando ele chega no ponto mais forte da enchente, onde seria o leito natural do córrego, descrito como “a barriga faminta da cobra, comedora de gente; ali onde findavam o fôlego e a fôrça dos cavalos aflitos”, ao invés de lutar e resistir, como os outros, que acabaram perecendo, ele se deixa levar: “E Sete-de-Ouros, sem susto a mais, sem hora marcada, soube que ali era o ponto de se entregar, confiado, ao querer da correnteza. Pouco fazia que esta o levasse de viagem, muito para baixo do lugar da travessia. Deixou-se, tomando tragos de ar. Não resistia. Badú resmungava más palavras, sem saber que Francolim se vinha aguentando atrás, firme na cauda do burro. Aí, nesse meio-tempo, três pernadas pachorrentas e um fio propício de corredeira levaram Sete-de-Ouros ao barranco de lá, agora reduzido a margem baixa, e ele tomou terra e foi trotando. Quando estacou, sim, que não havia um dedo de água debaixo dos seus cascos”. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956, p. 71.



terra e da água, não eram avessos à civilização do comércio, representada pelo fogo e o ar, o que não aceitavam era que o novo chegasse como a força destrutiva e de negação do passado. O que representam ali é a assimilação e a continuidade, sob o mando sobranceiro de Joca Ramiro, o Pai-Patriarca, cujo poder não era imposto, mas dado pelo carisma e pela tradição, e assim aceito pelo conjunto, como um rebanho ou bando de vespas, com existência efetiva só como entidade coletiva, “Um, por si, de nada não sabia, mas a montoeira deles, exata, soubesse tudo”:

Que visse o senhor os homens: o prospeito. Aqueles muitos homens, completamente, os de cá e os de lá, cercando o oco em raia da roda, com as coronhas no chão, e as tantas caras, como sacudiam as cabeças, com os chapéus rebuçantes. Joca Ramiro era quem dispunha. Bastava vozear curto e mandar. Ou fazer aquele bom sorriso, debaixo dos bigodes, e falar, como falava constante, com um modo manso muito proveitoso: — “Meus meninos... Meus filhos...” Agora, advai que aquietavam, no estatuto. Nanja, o senhor, nessa sossegação, que se fie! O que fosse, eles podiam referver em imediaticidade, o banguelê, num zunir: que vespassem. Estavam escutando sem entender, estavam ouvindo missa. Um, por si, de nada não sabia; mas a montoeira deles, exata, soubesse tudo. Estudei foi os chefes. (GSV, p. 247)

---

**Luiz Dagobert de Aguirra Roncari** é professor de Literatura Brasileira da Universidade de São Paulo e autor de *Literatura brasileira: dos primeiros cronistas aos últimos românticos* [Edusp, 1995], entre outros.